



RESENHA

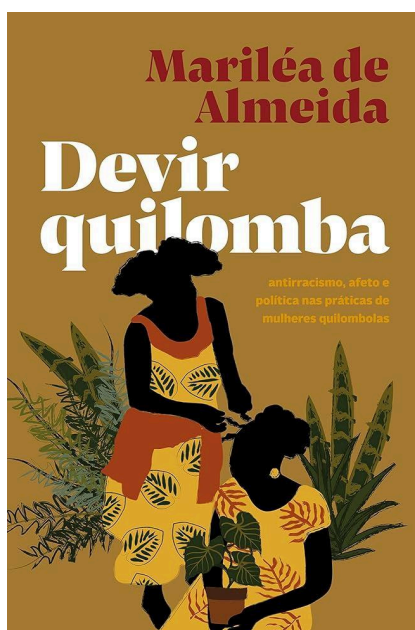
Corpo, memória e território: práticas de resistência no Devir Quilomba



Gabriela Cavalcanti Maciel, *Universidade Federal da Paraíba*

Resumo: O livro resenhado exhibe as trajetórias de luta, memória e afeto construídas por mulheres quilombolas na defesa de seus territórios e modos de vida. Em *Devir quilomba*, Mariléa de Almeida entrelaça reflexões teóricas, relatos de vida e vivências comunitárias para pensar o quilombo como espaço de resistência coletiva e criação política. A autora mostra como o cuidado, a ancestralidade e a escuta se tornam fundamentos éticos de uma prática cotidiana que desafia a lógica colonial, ressignificando o direito, o território e a própria existência a partir das experiências das mulheres negras.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres quilombolas; Afeto; Antirracismo; Ancestralidade; Feminismo negro; Resistência.



Há livros que nos atravessam justamente nos momentos em que estamos em busca de um sentido. *Devir quilomba* surgiu para mim em um momento de inquietação acadêmica, em que eu buscava referências que dialogassem não somente com minha trajetória intelectual, mas também com minhas urgências políticas e existenciais enquanto pesquisadora. Foi assim que Mariléa de Almeida me fez sentir convocada à leitura de sua obra que une testemunhos, denúncias e elaborações teóricas.

Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas é fruto de sua tese de doutorado *Territórios de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro*, defendida em 2018, por Mariléa no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), posteriormente modificada e publicada em 2022 pela Editora Elefante. O estudo da autora nos apresenta as condições históricas que fizeram crescer a visibilidade do protagonismo das mulheres quilombolas na luta pela terra e as práticas que essas mulheres trazem para o fazer político, especialmente para os campos do antirracismos e dos feminismos.

Assim, segundo a própria historiadora, o título *Devir quilomba* foi escolhido porque o conceito “devir”, que pressupõe mudança, juntamente à palavra “quilomba”, expressam as condições históricas que tornaram possível a feminização da ideia de quilombo e posteriormente a visibilidade às mulheres. Mariléa diz que a relação entre esses termos enfatiza a necessidade de um vir a ser que se opõe ao modelo masculinista de fazer política, guiado sempre por violência e competição.

A obra é composta por um prefácio de Margareth Rago, professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e orientadora da tese que levou ao livro em questão. Margareth explicita a importância do trabalho de pesquisa de Mariléa para que possamos nos aproximar das comunidades quilombolas no presente e elogia a sensibilidade da autora, que vai além da escrita, sendo capaz de feminizar o próprio trabalho acadêmico e contribui para a subversão da normatividade imposta.

Em seguida, a obra conta com o prólogo, agora escrito por Mariléa, onde mostra o lugar de afetos de onde vem a construção de sua trajetória acadêmica. A autora escreve sobre sua infância e o caminho que a fez

chegar ao tema exato da sua tese, o que me fez sentir próxima ao processo de construção do que estava lendo, sentindo os afetos presentes na escrita de Mariléa.

No primeiro capítulo, “**Encruzilhadas teóricas**”, a autora percorre as abordagens teóricas apresentadas pelo campo dos feminismos e da filosofia da diferença, que inspiram as análises feitas e os conceitos criados ao longo do livro. Mariléa expõe a concordância dessas abordagens, especialmente no modo como criticam a concepção masculinista, branca e heteronormativa do sujeito universal e racional.

É neste capítulo que nos deparamos com as criações teóricas inovadoras de Mariléa, usando o termo “governamentalidade racista” para denominar o conjunto de procedimentos, técnicas e saberes que por meio de mecanismos de exclusão incidem sobre as comunidades quilombolas. A partir disso, a autora chama de “dispositivo da ancestralidade” a rede discursiva e não discursiva que exprime um dos efeitos da governamentalidade racista, o esvaziamento da potencialidade dos usos das tradições para transformações no presente. É dessa forma que Mariléa contribui para a luta quilombola, indo além do que tem sido moldado.

No segundo capítulo, “**Labirintos dos direitos: burocracia e feminização de quilombo**”, Mariléa de Almeida analisa as condições históricas que, a partir da década de 1990, permitiram que práticas associadas ao campo do feminino fossem mobilizadas na redefinição territorial das comunidades negras reconhecidas como quilombolas. A autora evidencia transformações nas subjetividades políticas, dando visibilidade ao deslocamento que vai da desconfiança no aparato jurídico à apropriação estratégica da linguagem dos direitos na luta pela terra. Além disso, denuncia os mecanismos da governamentalidade racista presentes nos dispositivos legais e na produção de saberes jurídicos, revelando como o acesso à terra se converte em um verdadeiro labirinto burocrático. O capítulo é potente ao demonstrar como as mulheres quilombolas operam deslocamentos táticos dentro de estruturas jurídicas excludentes, sem romantizar o Estado ou invisibilizar os seus entraves.

No terceiro capítulo, “**Terreiros da reparação: usos das tradições**”, a autora se debruça sobre os sentidos históricos e afetivos dos terreiros, abordando práticas que ampliam os espaços de subjetivação por meio das tradições religiosas e orais. Mariléa centra-se

nas experiências de Terezinha Fernandes de Azedias, mãe de santo do terreiro de umbanda no Quilombo de São José da Serra, e Marilda de Souza Francisco, contadora de histórias do Quilombo do Bracuí. Ambas, por meio de saberes e práticas ancestrais, rompem com os efeitos de discursos marcados por hierarquias de classe, raça e gênero. Ao abordar os usos singulares dessas tradições, Mariléa propõe uma reflexão sobre a ancestralidade não como essência fixa, mas como campo de criação e reparação, capaz de deslocar ressentimentos e reconstituir laços. O capítulo se destaca pela sensibilidade com que a autora acompanha essas trajetórias, recusando exotizações e revelando a densidade política das práticas de Terezinha e Marilda.

No quarto capítulo, **“Campos da parrésia: antirracismo e educação quilombola”**, Mariléa de Almeida investiga as múltiplas formas de violência vividas por crianças, jovens e mulheres negras nos espaços educacionais, evidenciando o impacto de um sistema educacional estruturado pela exclusão racial e epistêmica. A autora parte da ideia foucaultiana de parrésia, a coragem de dizer a verdade, para pensar as práticas discursivas e pedagógicas insurgentes de mulheres quilombolas, que tensionam os currículos hegemônicos ao reivindicarem suas memórias, saberes e modos de vida como centrais no processo educativo. Através de relatos, depoimentos e dados, o capítulo denuncia a precariedade das políticas públicas, a rotatividade de professores, a negação do direito à educação e os efeitos psíquicos da desqualificação intelectual de corpos negros. Ao mesmo tempo, destaca a potência de experiências como a da Escola do Quilombo de Bracuí, onde lideranças como Fabiana Ramos transformam o espaço escolar em território de resistência. Mariléa demonstra, através da narrativa de Fabiana, sensibilidade ao articular denúncia e escuta, colocando as práticas educativas quilombolas como atos parresiásticos que fundam novas possibilidades de existência.

No último capítulo **“Tranças políticas: o direito aos espaços seguros”**, Mariléa entrelaça memória, afeto e resistência para pensar os espaços de proteção e fortalecimento das mulheres negras. A partir da imagem da trança como gesto de cuidado e criação de intimidade, a autora mobiliza os conceitos de topofilia, de Bachelard, e de espaços seguros, de Patricia Hill Collins, para refletir sobre a importância de territórios afetivos na formação de uma consciência antirracista. O capítulo ilumina duas experiências marcantes: a de Denise André Barbosa Casciano, liderança do Quilombo da Tapera, que desenvolve

uma sensibilidade política a partir da luta territorial; e a de Rejane Maria de Oliveira, do Quilombo Maria Joaquina, cuja trajetória é potencializada por vínculos afetivos e pedagógicos forjados na Oficina Nacional Tecendo Protagonismo e Empoderamento das Mulheres Quilombolas. Nessas vivências, o cuidado entre mulheres negras torna-se ação política, e a construção de espaços seguros, um fundamento ético da resistência quilombola. Com delicadeza e firmeza, Mariléa reafirma a centralidade dos afetos na luta antirracista, desestabilizando dicotomias entre razão e emoção e enriquecendo, com sofisticação teórica e sensibilidade política, o campo dos estudos sobre resistência negra.

Nas palavras finais de *Devir quilomba*, Mariléa de Almeida revisita criticamente a trajetória do direito quilombola no Brasil, denunciando como o reconhecimento constitucional de 1988 foi rapidamente capturado por lógicas burocráticas e racializadas que exigem performances identitárias excludentes. Nesse cenário, as mulheres quilombolas emergem como protagonistas de uma resistência que feminiza o conceito de quilombo, articulando cuidado, ancestralidade e memória como fundamentos políticos.

A autora destaca como essas mulheres constroem territórios subjetivos de proteção e afeto que desafiam a governamentalidade neoliberal e o racismo institucional. A conclusão se amarra poeticamente na evocação de Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo, e na noção de topofilia de Bachelard, sugerindo que o retorno ao território, físico e simbólico, pode ser um gesto de cura e reapropriação histórica.

O livro é uma obra potente que entrelaça teoria crítica, escuta sensível e compromisso político com as lutas das mulheres quilombolas. Ao longo dos capítulos, Mariléa articula memórias, experiências e práticas de resistência que desestabilizam as narrativas coloniais e racistas que ainda estruturam o Brasil. A partir da escuta das vozes quilombolas, especialmente das mulheres, a autora propõe uma virada epistêmica que inscreve o afeto, o cuidado e a ancestralidade no centro da luta por justiça. A leitura da obra não apenas amplia horizontes para além das Relações Internacionais, como também exige de nós um reposicionamento ético diante da violência estrutural e da desumanização historicamente impostas aos povos negros. Trata-se de uma escrita que convoca à ação e à escuta, e que nos convida a reconhecer os quilombos como territórios vivos de produção de saber, memória e vida digna.

Referência

ALMEIDA, Mariléa de. **Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

Body, memory and territory: practices of resistance in *Devir quilomba*

ABSTRACT: The reviewed book presents the trajectories of struggle, memory, and affection built by quilombola women in the defense of their territories and ways of life. In *Devir quilomba*, Mariléa de Almeida weaves together theoretical reflections, life stories, and community experiences to conceive of the quilombo as a space of collective resistance and political creation. The author demonstrates how care, ancestry, and listening become ethical foundations of an everyday practice that challenges colonial logic, re-signifying law, territory, and existence itself through the lived experiences of black women.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombola women; Affection; Antiracism; Ancestrality; Black feminism; Resistance.

Gabriela Cavalcanti Maciel,
Universidade Federal da Paraíba

<https://orcid.org/0009-0003-8789-9396>

Recebido em: 27/08/2025

Aprovado em: 30/11/2025